


O presente Orçamento em nome de Deus. A seguir, foi aprovado parecer favorável em conjunto dos Comissários Ordinários do Projeto de Lei nº 068/2001 Vereador Altair da Silva, assunto: "Lei e Decreto Municipal de Criação de Obrigatoriedade e fazer duas campanhas anuais de vacinação preventiva contra a rubéola, em favor das sexo feminino, com idade de 14 anos e Projeto de Lei nº 068/2001 - Vereador Rui Pacheco de Faria que dispõe sobre a obrigatoriedade no atendimento periódico à comunidade para o controle da pressão arterial e de outras providências. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encaminhou a presente Orçamento em nome de Deus, e para esta, mandou que se lavrasse a presente Ata, que depois de lida, submetida à apreciação financeira, aprovada, não podendo fazer que produza seus efeitos legais.


 Altair da Silva

Ata da Câmara Municipal Ordinária do Município de São João do Rio Preto, da Câmara Municipal de São João, realizada no dia 30 (trinta) de agosto do ano de 2001 (dois mil e um).

As seguintes horas do dia 30 (trinta) de agosto do ano de 2001 (dois mil e um), sob a presidência do Vereador Altair da Silva e com o auxílio do Primeiro Secretário o Sr. João Vinício Ricardo, iniciou-se o trabalho, reuniram-se Ordinariamente a Câmara Municipal de São João. Em dezesseis, responderam a chamada regimental os seguintes Vereadores: Altair da Silva, Amândeo Valente Thomaz Júnior, Antônio Carlos de Carvalho, Cândido Augusto Silva do Miranda de Carvalho, Eduardo Antônio Silva, Emanuel Euzébio de Jesus do Silva, Gustavo Antônio Guimarães Marques, João dos Santos Mendes, José Eduardo Silva de Almeida, Luiz Carlos Lobo, Paulo César da Silva Almeida, e Rui Pacheco de Faria. Após a leitura e aprovação do presente Orçamento em nome de Deus. A seguir, foram lidas e aprovadas as seguintes Atas do Conselho Ordinário do Município de São João do Rio Preto, da Câmara Municipal de São João, realizada no dia 30 (trinta) de agosto do ano de 2001 (dois mil e um).

191
nário do Segundo Período Legislativo e Ata da Sessão Extraordinária
do Segundo Período Legislativo. A seguir, o Senhor Presidente, após o cum-
primento do ato regimental, voltou ao Senhor Primeiro Secretário a leitura
do Expediente que eporou do seguinte: VPR - 146/01 - Indicações, assunto: refe-
re-se ao requerimento nº 090/2001 em anexo, de autoria do Vereador João
do Carmo do Rosário, VPR - 147/01 - Indicações, assunto: refere-se ao requ-
simento nº 082/2001 em anexo, de autoria do Vereador Ricardo Ferreira da
Costa. Artigo de lei nº 015/2001 - Vereador Rui Machado de Sousa, as-
sunto: Dispor sobre a Estrutura Organizativa dos Centros de Tênis da
Cidade de São João. Artigo de lei nº 016/2001 - Vereador Ricardo Ferreira
da Costa, assunto: Dispor sobre criação dos Centros Religiosos em Pra-
ças e Alameda. Projeto de Resolução nº 019/2001 - Vereador Eduardo
Carneiro Neto, assunto: Criação Especial para a Organização da Liga
Esportiva Municipal, Departamento Interno, Plano Diretor e Consolidação das Ações
Indicação nº 321/2001 - Vereador Limaury Valério Thomaz Junior, assunto
relativa ao BSM nº 117/01 Municipal, reforma e ampliação do quiosque
situado à Av. do Contorno ao lado da Escola Municipal da Linha Ge-
rada, no Bairro Uruguaem, Indicação nº 322/2001 - Vereador Rui Machado
de Sousa, assunto: Relativa ao BSM nº 117/01 Municipal, reforma, re-
paros, iluminação pública e urbanização para as ruas: Rufino, Ne-
lson e Gláuber Rocha, no Bairro Monte Alegre. Determinada a leitura
do Expediente, o Senhor Presidente em exercício parou a Sessão
Ordinária regular. Como primeiro Votante inscrito, abriu a Sessão
o Vereador Barão Vitor de Aguiar que inicialmente procedeu ao tra-
tamento de ordem. A seguir, declarou que estava desenvolvendo sua campanha
para o período Estadual, procurando numerosos eleitores do interior e que
havia sempre o reconhecimento do excelente governo praticado pelo Sr.
Barão Vitor. Determinando ainda que quando se referiu a governo ante-
rior falou do governo do Sr. José Gonçalves, sempre falando para a
gente que se referiu de amizade ou qual que tipo de dor que sentia.
Disse que os eleitores ao votar para o Sr. Barão Vitor, não o reconheceram ao
homem público que se referiu ao Sr. Barão Vitor, e logo quando do discurso do Sr. Barão Vitor,
apela, anunciou que não viu, tinha recebido cartas de grande im-
portância, e que agora com o grande político formado com o Governador
Gardinho, mais investimentos seriam destinados ao município. Abriu

da construção do Hospital da Saúde, saneamento e urbanização do Vale
 do Araçuaia, um novo Colégio, saneamento do Jardim Realeiro, re-
 canto das Águas, Vila do Sol, Parque, urbanização de todo o Langara, re-
 construção do Jardim São, Jardim Esperança, saneamento de Lagoa da
 Quina, Porto Velho no mesmo Bairro, entre tantas obras que também
 tiveram oportunidade de iniciar quando exercia o cargo de Prefeito no
 período de afastamento do Prefeito Alan Cordeiro. Disse que o conjunto de
 obras que o atual Governo ofereceu a sociedade, na Prefeitura de Pore-
 tamento, de curiosa aplicação do dinheiro público, condicionantes que
 implicaram na realidade, o estado do município, qualidade
 que haviam faltado em governos anteriores, embora os recursos fossem as-
 tivamente com a realidade da época. Disse que recebeu licença de Aplau-
 sos da Câmara Municipal do Município de Pore, aprovado por unanimidade,
 orgulhando-se por ser em última instância um ato de voto público, reconhecido co-
 mo político sério e idealista, transpondo para o seu país os valores éticos
 e de probidade, como aprendizado que recebeu do mesmo para impressionar
 na atividade parlamentar, valeu de sua justiça ao tomar conhecimento
 pela falta dos dados, que o Vereador Janio Mendes no sair do PSB, indagou
 ao PT, por imaginar que não se o como companheiro de partido.
 Quanto ao Vereador, ex Vereador de Turismo, disse que recebeu com
 certeza nos palácios no futuro quando o mesmo comemorava seu
 desligamento do Partido Socialista Brasileiro, embora não tivesse con-
 tra o Vereador Alan Cordeiro durante, referiu comentários sobre sua
 campanha política, o apoio recebido do norte e nordeste do Estado e a
 seguir lamentou comentários do Vereador Janio Mendes, quando afirma-
 ra que o então Prefeito José Bonifácio sustentava a época a família do
 Senhor Antônio Gasolinho. Disse que o comentário não era necessário,
 na medida em que envolviam famílias e que era um absurdo, mas
 que tal prática em todo há na uma constante do progresso. Por opor-
 tuno, indagava de onde saíam o dinheiro para sustentar a família do
 Senhor Antônio Gasolinho, e que a resposta deveria ser dada pelo opor-
 tivo. Encerrou seu fala, afirmando que a resposta aos seus de sempre
 mas uma vez seria dada no amanhã. O Vereador ocupou a tribuna
 o Vereador Ruizinho Salvador Monteiro de Farias, que iniciou seu fala, ab-
 dando sobre seu trabalho dando conta de que através de brevíssima passada em

2

Canhão de Guerra, um veículo havia comprado 41.000 metros de arca-
no, caso do telegrafo, deitado por lá como de preservação ambiental e can-
do, que tal documento fora tramitado também pelo INRA. Adiante, disse
que não adotar procedimento junto aos órgãos competentes para que tal
documento fosse devidamente custodiado. Disse que na condição de vereador
e integrante do Conselho do Bairro do Jacaré encorajava todos os
seus pares no sentido de preservar os bens públicos, no que encerra
sua fala. A seguir, ocupou a tribuna o vereador Américo Américo do
que que de início agradeceu ao núcleo Alpin Paróia por ter atendido, indicação
de sua autoria, cobrando cabine para turista na Praça São João. Quanto
à sua solicitação dirigida a Volapós para abastecer o Posto de Saúde
São Pedro, ou melhor São Faustino e Estelina no mesmo bairro, disse que
a Empresa responderia dizendo que não devia o pagamento por tal tra-
balho, e assim, ao lamentar tal posição da Empresa, disse que o abaste-
cimento de água na obrigação da mesma, de necessarios outros argumen-
tos. Em epílogo, o vereador Américo Valério disse que o quadro relatado
na conclusão do processo de privatização de Empresas, e que infelizmente
a Volapós manifestava absoluto desrespeito à população. Concluiu
o Voto com comentários críticos sobre a Volapós, afirmando que os or-
gãos responsáveis tinham que adotar medidas obrigando a Empresa a
atender as cláusulas da privatização. A seguir, discorreu sobre projetos de
Lei de sua autoria dizendo sobre criação de agentes religiosos e delega-
cias e hospitais, relatando sobre o texto e seu grande efeito na esfera
social, e ainda sua experiência pessoal como Pastor Evangelista, levan-
do aos enfermos e aos presideiros a palavra de Deus, no que encerra
sua fala. A seguir, ocupou a tribuna o vereador Américo Américo do
que que iniciou sua oratória falando eufórico sobre o período de 1982 a 1988, em
que o Conselho viveu literalmente o caos, com greves e servidores ocu-
pando os dependências do Câmara Municipal, veículos destruídos, salários
atrasados, e uns que faziam parte da memória do Município de Lábria.
Disse que uma das maiores de tal período de forte lembrança para o Mu-
nicipio na o início do monopólio do transporte coletivo e que no período
do mesmo homem público a concessão havia sido prorrogada por mais
cinquenta anos, e assim, o quadro no de tal cidade com os porções en-
do maiores com qualquer cenário de respeito ao trabalho labourense.

obedeceu requerimento do Juiz de Direito Eduardo Kitz, durante ao período, solicitando
 informações para providências para majoração de auto, aduzindo o De-
 creto, lembrando o argumento do Juiz de Direito Carlos Ottoni, que a letra
 e o conteúdo da Portaria com homologação do Edital de Licitação, no art. 1º, inciso
 III, para o caso de licitação, enganar o povo, transformando uma linha muni-
 cipal para intermunicipal e que não constava tal fato em nenhum dos
 autos, disse que o seu pronunciamento não tem o intuito de fazer justiça ao povo, e ainda,
 que não buscar no rito judicial a conexão de tal quadro altamente
 desigual para a economia popular. Diante, disse não considerar com os
 argumentos do Juiz de Direito confirmado pelo Poder do Governo de que era legal
 o rito utilizado para a homologação de impletação de equipamentos, empre-
 sas e equipamentos no Município, entendendo que o Município tinha
 que ser tratado com respeito, e ainda, que a alteração no Edital de Licitação
 não era de estrita competência do Poder Executivo, e assim, faz jurame-
 ntos nem juramentos, inexistente na legislação e legislação municipal.
 Em afronta, o Vereador Emanuel Valério disse que na discussão a posi-
 ção do Poder, sendo contraditório quando ao mesmo tempo um que de-
 bate a soberania do Município, não discute a referência de requerimento
 de que autuação continuando, o Poder disse que aceitava a soberania
 do Município e a população, tanto que usou os meios, auferindo
 requerimento Administrativo homologar, e também a justiça, no que enfi-
 nou sua fala. Não havendo mais dúvidas, iniciou-se para o uso da ma-
 na o Juiz Presidente conduziu os trabalhos para o Ordem do Dia.
 Nesta etapa, foram examinados para a Comissão de Constituição e,
 Justiça os seguintes projetos: Projeto de Lei nº 075 e 076/2001. Apreciado a
 parecer favorável da Comissão Especial formada pelos Vereadores Eduardo Boni-
 fazi, Manoel Fernandes e nome do Silva, e o Vereador de nome e Antônio
 Carlos de Araújo. Onda ao Projeto de Resolução nº 019/2001. Apreciado
 as indicações nºs 321 e 322/2002. Onda ao Projeto de Resolução nº 019/2001. Apreciado
 o Juiz Presidente homologou o Projeto para a Explicação Fiscal, e houve a ju-
 ramento em Explicação Fiscal, o Vereador Manoel Fernandes nome do dia
 que solicitou ao Poder do Governo, que intercedesse e seu favor quanto a
 imediata implantação do Conselho Tutelar do Idoso por parte da Prefeitura
 e a colocação, realizou mais uma vez o seu momento alque pelo com o mún-

1
foi com o Ministro Francisco Danelles, já relatada em discurso ante-
rior, tendo como ponto a questão do Turismo e a peça no Bournepuer
de Cabo Frio. Encerrou sua fala agradecendo o apoio recebido pelos no-
mbrados na aprovação de Lei de Orçamento outorgada a organização
Turismo, no que incumia sua fala. Nada mais havendo a tratar,
o Senhor Presidente encerrou a presente Sessão em nome de Deus. E,
para constar, mandou que se lizesse a presente Ata, que depois de
lida, submetida à aprovação jurídica, aprovada, não assinada pa-
ra que produza seus efeitos legais.

[Handwritten signatures]

Ata da Sessão Ordinária do
Segundo Período Legislativo da Câmara
Municipal de Cabo Frio, realizada
no dia 04 (quatro) de setembro do
ano de 2001 (dois mil e um).

Às quinze horas do dia 04 (quatro)
de setembro do ano de 2001 (dois mil e um) sob a Presidência imem-
orial do Vereador Eduardo Conic Filho e com a ocupação da Primeira
Secretaria pelo Vereador Ricardo Ferreira da Rocha, reuniu-se ordiná-
riamente a Câmara Municipal de Cabo Frio, além disso, responderam
a chamada regimental os seguintes Vereadores: Ayr Silva da Rocha,
Allyson Araújo da Silva, Amaury Volive Thomaz Júnior, Antônio Carlos
de Carvalho Jardim, Augusto Salvador Miranda de Carvalho, Emanuel
Fernandes Faria da Silva, Antônio Antônio Guimarães Bezerra, João
dos Santos Mendes, Luis Carlos Lobo, Paulo César da Silva Almeida, Rui
Cassiano de Jesus e Vilas Rodrigues Bink. Havendo número regimen-
tal, o Senhor Presidente em nome de Deus encerrou a presente Sessão em
nome de Deus. Foram lidas e aprovadas as seguintes Atas:
Ata da Sessão Ordinária do Segundo Período Legislativo e Ata da
Primeira Sessão Extraordinária do Segundo Período Legislativo. E, requer,
o Senhor Presidente após o cumprimento do ato regimental, sobe ao tr-